

## Raupp sugere correção da tabela do Imposto de Renda

Relator do projeto do Orçamento da União para 2007, o senador Valdir Raupp deverá propor uma correção da tabela do Imposto de Renda. Raupp levará duas

sugestões à equipe econômica do governo: 7% a partir de janeiro de 2007 ou 10% em dois anos, sendo 5% em janeiro próximo e outros 5% em 2008. **Página 7**



Raupp (E) conversa com o deputado Gilmar Machado, presidente da Comissão Mista de Orçamento

José Cruz

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.496 – Brasília, quinta-feira, 16 de novembro de 2006

Célio Azevedo



Na reunião da CE, Cristovam Buarque (D), Romeu Tuma, Marcos Guerra, Eduardo Azeredo, Flávio Arns e Ideli Salvatti

## Tempo integral para o ensino fundamental

Comissão de Educação aprova projeto de Marcos Guerra que determina permanência de pelo menos oito horas diárias na escola

**A** proposta aprovada na terça-feira pela Comissão de Educação estabelece que as oito horas diárias incluirão o tempo reservado às refeições e o mínimo de cinco horas de atividades escolares em salas

de aula. O tempo adicional será destinado a atividades de acompanhamento pedagógico e a oficinas culturais, recreativas e esportivas. A comissão acolheu também projeto de Paulo Paim determinando que os alunos do sistema

de Educação de Jovens e Adultos (EJA) terão direito a merenda escolar. Foi aprovado ainda projeto de Romeu Tuma que autoriza o governo federal a oferecer estágio a estudantes adolescentes. **Página 3**

## Senado promove semana da pessoa com deficiência

Uma série de eventos vai marcar a 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que começa na próxima terça-feira. Nesse dia, haverá caminhada com participação de parlamentares, artistas da Rede Globo e ciclistas. **Página 8**

## PPS, PV e PSOL querem prorrogar investigação

A prorrogação por 30 dias dos trabalhos da CPI dos Sanguessugas poderá ser requerida por três partidos. “Queremos evitar que a opinião pública se frustre”, disse Raul Jungmann. O relator, Amir Lando, afirma que objetivo foi cumprido. **Página 6**

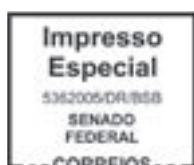


Raul Jungmann (E), Fernando Gabeira e Heloísa Helena examinam documentos

## Azeredo defende projeto que pune crimes na internet

Eduardo Azeredo reconheceu, em seminário na Câmara dos Deputados, que a exigência do cadastramento de usuários da internet é controversa, mas faz parte da Convenção de Budapeste, assinada por 43 países. O senador defendeu a aprovação de seu projeto que pune crimes cometidos via internet. **Página 4**

Gerardo Magela



# Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz recebeu 19 inscrições

A edição de 2005-2006 do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz recebeu, até terça-feira, 19 indicações de mulheres que se destacaram na luta pela conquista de direitos das mulheres brasileiras. De acordo com informações do gabinete da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que é presidente do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, embora o prazo para as inscrições tenha se encerrado oficialmente no último dia 1º, ainda estão chegando currículos de candidatas postados até aquele dia.

As indicações estão sendo submetidas atualmente a uma triagem por parte da Consultoria Legislativa do Senado, responsável pela checagem das informações contidas nos currículos. Em janeiro de 2007, o Conselho

Mulher-Cidadã Bertha Lutz reúne-se para a escolha dos cinco destaques de 2006 que receberão o prêmio.

O diploma, criado em 2001, é entregue anualmente, em sessão solene do Congresso Nacional, em março, mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, celebrado oficialmente no dia 8.

**Bertha Lutz**

Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) foi a maior líder nacional na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras, em especial pela aprovação da legislação que permitiu o direito de votarem e serem votadas. Em 1919, criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que foi o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Requerimento proposto por Saturnino é aprovado e tema será discutido em conjunto pela Comissão de Educação e Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social

# Em debate, a inclusão da música no currículo escolar

A Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, que funciona no âmbito da Comissão de Educação (CE), aprovou, na terça-feira, requerimento do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que solicita a realização de audiência pública para discutir a inclusão da música como disciplina obrigatória no currículo escolar. O debate, em conjunto com a CE, está marcado para quarta-feira, às 10h.

Segundo Saturnino, a música é um fator impulsionador do desenvolvimento da educação no país e é preponderante para a formação da cidadania.

– Alguns estudos comprovam que a formação musical aprimora

o aproveitamento escolar, juntamente com a sensibilidade, não se restringindo apenas à formação cultural, mas ao desenvolvimento cognitivo como um todo – disse.

O senador destacou ainda que a música funciona como fator de inclusão social, principalmente nas camadas sociais mais carentes, que encontram nesse setor possibilidade de inserção na atividade econômica.

Outro requerimento aprovado na reunião da subcomissão, de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), pede a realização de audiência pública para discutir a política de ensino e formação na área do cinema e audiovisual nos cursos de Comunicação. Para

justificar seu requerimento, Cristovam afirmou que, ao longo do tempo, as especificidades da área de cinema e audiovisual deixaram de ser plenamente atendidas pelas diretrizes curriculares do ensino de Comunicação implementadas na década de 70, quando cinema e vídeo foram definidos como habilitações do curso.

– Após ampla mobilização dos setores envolvidos com o tema, fica patente a necessidade da implantação de novas diretrizes curriculares para o curso superior de Cinema e Audiovisual – explicou Cristovam, na reunião que foi presidida pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Debates e comunicados no Plenário

A sessão plenária de hoje, às 14h, é não deliberativa. Sem a votação de propostas, destina-se a debates dos parlamentares e comunicados da Mesa e das lideranças, além da apresentação de propostas. Os primeiros senadores inscritos para discursar são Mão Santa (PMDB-PI) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

## Linha direta com o cidadão

O serviço Alô Senado recebe ligações gratuitas de todo o território nacional pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. As perguntas, sugestões e reclamações dos cidadãos são encaminhadas aos órgãos competentes da Casa.

## Visite o Senado

O Senado Federal oferece visitas guiadas por toda a Casa, inclusive pelo Plenário. Os passeios acontecem de hora em hora, com saída do Salão Negro do Congresso Nacional, entre 9h30 e 17h30, nos dias úteis, e entre 10h e 14h, nos fins de semana e feriados.

# Paim pede aprovação do Fundep e defende ensino profissionalizante

Ao registrar sua participação na 1ª Conferência de Educação Profissional e Tecnológica, em Brasília, e no 13º Seminário Internacional de Educação Tecnológica, em Novo Hamburgo (RS), o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação do projeto de lei (PLS 274/03), de sua autoria, que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep). Ele enalteceu o editorial do jornal gaúcho *Correio do Povo* do último dia 9, que destacou a importância do projeto.

Paim afirmou que o ensino técnico para o desenvolvimento social e econômico faz parte do projeto Cantando as Diferenças, criado por ele, que tem por objetivo articular as instâncias do governo e da sociedade para a adoção de medidas práticas para uma verdadeira inclusão social. Segundo explicou, isso se daria por meio dos estatutos do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, da Criança e do Adolescente, e do Fundep.

O parlamentar lembrou que o Estatuto da Igualdade Racial, também de sua autoria, foi



Gerardo Magela

Proposta de Paim é destacada em editorial do jornal *Correio do Povo*

acolhido por unanimidade no Senado. Ele pediu a aprovação da matéria pela Câmara dos Deputados. De acordo com Paim, grupos musicais baianos como o Olodum e o Ilê Aiyê estão colhendo assinaturas em defesa da proposição.

# JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de terça-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Alvaro Dias, Augusto Botelho e Romeu Tuma e pela senadora Heloísa Helena



Projeto prevê que estudantes fiquem oito horas diárias na escola, sendo cinco horas em sala de aula e as demais em atividades culturais, esportivas e pedagógicas

Célio Azevedo



Senadores da Comissão de Educação aprovaram a proposta em decisão terminativa e por unanimidade

## Ensino fundamental poderá ter jornada de oito horas

Os estudantes do ensino fundamental deverão permanecer pelo menos oito horas diárias na escola, de acordo com projeto do senador Marcos Guerra (PSDB-ES) aprovado na terça-feira pela Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa e por unanimidade. As oito horas diárias incluirão o tempo reservado às refeições e o mínimo de cinco horas de atividades escolares em sala de aula, segundo



Autor do projeto, Marcos Guerra acredita que medida contribuirá para "retirar os meninos das ruas"

emenda apresentada pelo relator da matéria, senador Cristovam Buarque (PDT-DF). O tempo adicional será destinado a atividades de acompanhamento pedagógico e oficinas culturais, recreativas e esportivas, a critério dos sistemas de ensino e das respectivas comunidades escolares.

– O mérito do projeto é indiscutível, pois estamos convictos de que apenas por meio de ações arrojadas no campo da educação básica será possível combater as seculares injustiças sociais de nosso país – disse Cristovam. Caso não seja apresentado recurso para votação em Plenário, a matéria segue para a Câmara.

Durante a discussão da proposta (PLS 234/06), Marcos Guerra observou que a medida contribuirá para "retirar os meninos das ruas" e colocá-los nas salas de aula. Segundo o texto, a nova estrutura do ensino fundamental deverá ser implementada em até cinco anos.

O senador Marco Maciel (PFL-PE) considerou "um avanço" a aprovação do projeto, já que, com a implantação do ensino em tempo integral, o Brasil estaria "seguindo as pegadas de países que hoje estão no Primeiro Mundo".

Atualmente, a jornada média no ensino fundamental é de apenas 4,3 horas/aula, de acordo com números do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, incluídos no parecer do rela-

tor. E apenas 8% dos 33,5 milhões de alunos matriculados em 2005 frequentaram jornadas escolares com duração superior a cinco horas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, estabelece a ampliação gradativa do tempo de permanência na escola, mas a atual carga obrigatória mínima é de 800 horas por ano, distribuídas em pelo menos 200 dias de aula. Para o estabelecimento do novo sistema, de acordo com o projeto, será necessária a "colaboração técnica e financeira da União".

Em seu parecer, Cristovam elogiou as tentativas já realizadas no país para a implantação do regime de tempo integral, entre as quais as escolas-classe e escolas-parque, concebidas por Anísio Teixeira para a recém-fundada Brasília, e os centros integrados de educação pública (Cieps), criados durante os mandatos do governador Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, com a contribuição do ex-senador Darcy Ribeiro.

## Comissão aprova merenda escolar para jovens e adultos que estudam à noite

Os alunos do sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA) passarão a ter direito a refeições custeadas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), de acordo com projeto de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado na terça-feira por unanimidade, em decisão terminativa, na Comissão de Educação (CE).

A EJA é uma modalidade de ensino destinada aos que não puderam cursar ou concluir os ensinos fundamental ou médio na idade apropriada. Esses estudantes são – como lembra o relator do projeto, senador Cristovam Buarque (PDT-DF) – trabalhadores que se submetem a longas jornadas de trabalho e ainda "têm ânimo para buscar a escolarização, onde depositam suas reservas de perspectiva de mudança de vida".

Ao defender seu projeto (PLS 128/06), Paim lembrou que a Constituição assegura a extensão do ensino fundamental gratuito aos que não tiveram acesso a ele na idade esperada. Por isso, ele considerou "lícito" interpretar que o Pnae viesse a beneficiar também os estudantes jovens e adultos do ensino fundamental.

– Após enfrentar uma dura jornada de trabalho, esses alunos dirigem-se às escolas, no período noturno, e raramente encontram aí o apoio nutricional indispensável ao bom desempenho escolar – justificou.

A CE aprovou também parecer favorável a projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que autoriza o gover-

no federal a instituir – no âmbito da administração pública federal, autárquica e fundacional – o Programa de Apoio Social e Educacional ao Adolescente Carente (PLS 161/04). Por meio desse programa, seriam oferecidos estágios a adolescentes matriculados na rede regular de ensino.

Durante a discussão da matéria, o senador Flávio Arns (PT-PR) propôs ao autor da proposta a realização de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para onde segue a matéria, quando poderão ser debatidos os resultados alcançados por outras iniciativas de apoio aos jovens. Romeu Tuma manifestou-se favorável à iniciativa de Arns. Por sua vez, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) lembrou que órgãos como a Câmara dos Deputados, os Correios e o Banco do Brasil já adotam sistemas de estágio para jovens carentes.

Foi ainda aprovado projeto de autoria do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que institui o dia 18 de agosto como o Dia Nacional do Campo Limpo (PLS 236/06). Nessa data, a partir de 2005, o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias tem promovido o recebimento de caixas, sacos, galões e demais embalagens vazias de agrotóxicos.

A comissão decidiu ainda realizar uma audiência conjunta com a CAS sobre os 14 projetos em tramitação que tratam de novas possibilidades de uso dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

## Tourinho cobra acordo feito no Senado em benefício dos agentes de saúde

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) cobrou do governo federal apoio à aprovação, pela Câmara, de projeto de sua autoria que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate a endemias.

O projeto, que tramita desde 6 de outubro na Câmara, foi formulado no dia 4 daquele mês, durante a votação da Medida Provisória 297/06, que enquadrava esses profissionais no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Embora os líderes partidários do Senado não concordassem com esse ponto da MP, que estava com prazo prestes

Roosevelt Pinheiro



Projeto de Tourinho altera regime jurídico da categoria para evitar risco de demissão

a vencer, acordaram a aprovação da medida desde que o projeto de Tourinho (PLS 270/06), que altera o regime jurídico da categoria, fosse apreciado em regime de urgência pela Câmara.

O senador pede providências ao governo federal e ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para o cumprimento do acordo.

Tourinho considera que manter o regime da CLT para agentes de saúde os colocaria em risco de demissão a cada mudança de prefeito. Para evitar a vulnerabilidade, o projeto vincula esses profissionais ao mesmo regime jurídico aplicado aos servidores municipais da saúde.



Durante seminário na Câmara dos Deputados, senador explica que sem o cadastramento de usuários não será possível chegar ao responsável pela conexão

## Azeredo defende substitutivo que pune crimes na internet

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de seu substitutivo aos projetos que tipificam crimes cibernéticos. Ele observou, no entanto, que está disposto a discutir modificações na proposta. O senador explicou que o projeto é muito mais amplo do que apenas a exigência de cadastramento do usuário que contrata o serviço de um provedor de acesso, medida que vem causando polêmica.

O assunto foi discutido na terça-feira, no seminário “Liberdade de Acesso à Internet e Combate ao Crime Cibernético”, realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Durante o evento, Azeredo reconheceu que a exigência do cadastramento pode ser controversa, mas está em sintonia com a tendência mundial, já que a determinação faz parte da convenção de Budapeste, assinada por 43 países, entre eles Estados Unidos, Canadá e Dinamarca.

O senador argumentou que a retirada dos dois artigos do substitutivo (20 e 21) que tratam do cadastramento de usuários traria prejuízos para eventuais investigações, que até conseguiriam chegar ao IP (endereço do computador na rede), mas não ao usuário responsável pela conexão. Para ele, a supressão da exigência do cadastro pode ser prejudicial aos próprios usuários, uma vez que deixaria a internet menos segura.

Na opinião de Azeredo, é natural que haja cada vez mais restrições e limitações na internet em geral,

conforme já vem acontecendo com os acessos bancários, que cada vez exigem mais senhas e impõe mais limites aos clientes que usam a rede.

O senador espera que o substitutivo – que foi retirado da pauta da CCJ no último dia 8 e agora deve ser discutido em audiências públicas – seja votado ainda este ano. Ele apresentou o substitutivo como relator de três projetos sobre o assunto – PLSs 76/00 e 137/00 e PLC 89/03 –, apresentados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, por Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) e pelo deputado Luiz Piauhyllino (PDT-PE). A análise do texto na CCJ não tem nova data marcada.

### Provedores

Outro participante do encontro, o consultor jurídico e especialista em inclusão digital do Ministério das Comunicações Marcelo Bechara considera importante a aprovação do substitutivo de Eduardo Azeredo. No entanto,

discorda de que a obrigatoriedade de identificação atinja a todos os usuários indiscriminadamente. O consultor também acredita que o fato de a proposta responsabilizar criminalmente os provedores por eventuais falhas pode levar muitos a fecharem suas portas.

Bechara afirmou ainda que o aumento da burocracia para acessar a rede pode diminuir a inclusão digital. O especialista sugeriu que essa determinação seja retirada do projeto e mais bem discutida.

Durante o seminário, os deputados Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), Júlio Semeghini (PSDB-SP) e Luiz Piauhyllino destacaram a necessidade de se punir os crimes cibernéticos sem pôr em risco a liberdade de expressão. Greenhalgh é presidente da comissão em que ocorreu o seminário e Piauhyllino e Semeghini têm projetos relacionados ao assunto.



Azeredo (E), com Greenhalgh e Semeghini: medida polêmica segue tendência mundial

## Maioria dos participantes de pesquisa é contra cadastro

Pesquisa realizada pelo Alô Senado – Central de Relacionamento com o Cidadão – com quase 4 mil pessoas revelou que 88% dos participantes são contra a identificação obrigatória de usuários na internet como uma opção para punir crimes cibernéticos em caso de troca de mensagens ou conteúdos. A pesquisa foi feita no período de 7 a 12 deste mês.

Do total de 3.849 respostas con-

tabilizadas pela pesquisa, apenas 10% foram a favor da identificação e 2% disseram não saber.

O assunto está em discussão no Congresso. Recentemente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) retirou de pauta o substitutivo de Eduardo Azeredo a três projetos que tipificam os crimes cometidos via internet. Segundo as críticas, a proposta poderia levar à quebra de privacidade e à restrição da

liberdade de expressão.

Em entrevista à Agência Senado na segunda-feira, o senador afirmou que está havendo muitas interpretações equivocadas sobre a proposta. Eduardo Azeredo garantiu que seu substitutivo de maneira alguma limita a liberdade de expressão ou o direito à privacidade dos internautas e recomendou que as pessoas leiam com mais cuidado o texto de sua autoria.

## Crivella pede apoio a proposta contra consumo de pornografia infantil

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) pediu o apoio dos demais parlamentares para projeto de sua autoria (PLS 109/04) que visa criminalizar o consumidor de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes. Segundo afirmou, tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) como o Código Penal só estabelecem punição para quem recruta menores, explora sua sexualidade por meio de fotos e vídeos pornográficos e os divulga, mas não para quem adquire esse material.

– Trata-se de um crime hediondo que transcende a fronteira da tolerância e do bom senso – frisou.

Crivella explicou que sua proposta – já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) – vem aperfeiçoar a legislação em vigor e complementar projetos em tramitação ligados ao assunto, como o que trata dos crimes de informática. Enquanto os consumidores de pornografia infantil



Roosevelt Pinheiro

Adquirir imagens que exploram crianças e adolescentes é crime hediondo, diz Crivella

não forem punidos, sustenta o parlamentar, continuará a haver quem se arrisque a explorar comercialmente esse tipo de perversão.

A proposta também prevê a possibilidade de a Polícia Federal solicitar às operadoras de cartão de crédito a relação dos consumidores de pedofilia via internet. Crivella disse que os Estados Unidos já tomaram essa providência e que a lista fornecida pelas operadoras teria revelado juízes, políticos, promotores e empresários como consumidores de imagens pornográficas de crianças e adolescentes.

## Interlegis colabora com seminário do Sebrae sobre inclusão digital

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) realiza na próxima terça-feira, com o apoio do programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, o seminário “Brasil, Sociedade Digital: os Caminhos para a Inclusão”.

O evento terá quatro painéis que vão discutir os temas: cidadania na rede; cultura, entretenimento e educação; comércio eletrônico e inclusão digital; e tendências.

Durante o seminário será lançada a série de TV *Comunidade Brasil, internet para todos*. São 13 episódios sobre inclusão digital que serão transmitidos pelo canal Futura, sete deles explicando o

trabalho do Interlegis, um programa do Senado – em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – de modernização e integração do Poder Legislativo em todos os níveis (federal, estadual e municipal) e de promoção de maior transparência e interação desse Poder com a sociedade.

Também estão previstos o lançamento do programa *Aprender a empreender – Telecentros* e do livro *Gestão de empresas na sociedade*, com os autores Marcos Cavalcanti e Carlos Nepomuceno. O evento ocorrerá das 8h às 18h30, no Hotel Kubitschek Plaza, em Brasília.

## Senadores gaúchos lamentam morte de Isaac Ainhorn

Paulo Paim (PT-RS) apresentou requerimento de pesar pelo falecimento, na terça-feira, em Porto Alegre, do vereador, advogado e professor Isaac Ainhorn.

Ainhorn estava em seu sexto mandato na Câmara Municipal

de Porto Alegre e ocupava o cargo de secretário de Planejamento do município. O requerimento também foi assinado pelos senadores gaúchos Sérgio Zambiasi (PTB) e Pedro Simon (PMDB).

Paim destacou que Ainhorn era “um lutador, comprometido com as causas populares e com a defesa do povo judeu”. Zambiasi, por sua vez, o homenageou pela constante “defesa da pluralidade”.

As perspectivas econômicas do país, com base em estudo elaborado pelo Ipea, são debatidas por José Agripino, Alvaro Dias e Eduardo Suplicy



Agripino: taxas elevadas de juros e alta carga tributária prejudicam o país

## Ipea desmente expectativa do presidente sobre crescimento, diz Agripino

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), destacou estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que desmente a promessa feita pelo presidente Lula de que o país crescerá 5% nos próximos anos. O estudo, salientou o senador, demonstra ser impossível, nas condições atuais, um crescimento econômico nesse patamar

antes de 2017.

Agripino acrescentou que um crescimento de 5% só acontecerá depois de investimentos na infraestrutura nacional, criando-se condições na micro e na macroeconomia para que a produção possa circular.

Para o senador, o marco regulatório que o governo Lula instituiu no setor energético inibiu inves-

timentos privados na geração de energia.

– Falar em crescimento de 5% significa falar em “apagão” e em restrição de energia elétrica, porque não se tomou a providência para fazer os investimentos; pelo contrário, impediram-se os investimentos por um marco regulatório – sentenciou.

Outros motivos também impe-

dem um crescimento nesse patamar, afirmou Agripino, citando as elevadas taxas de juros praticadas no país e o peso da carga tributária. O senador ressaltou que os juros altos inibem o consumo interno e os investimentos em produção.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) elogiou o pronunciamento de Agripino.

## Suplicy enumera sugestões para desenvolver economia

“O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem todas as condições de conduzir o país a um processo de crescimento compatível com o potencial da economia brasileira e as esperanças da população, fazendo jus à sua promessa de que o nome do seu segundo mandato será desenvolvimento.” A afirmação foi feita por Eduardo Suplicy (PT-SP), que enumerou uma série de sugestões visando a um crescimento mais expressivo da economia brasileira.

Na avaliação do senador, há espaço para o governo utilizar os instrumentos básicos da política econômica (a política fiscal, a política de moeda e de crédito, a política cambial e a política de comércio exterior) na busca de maior desenvolvimento. Acrescentou que é possível conciliar crescimento com a preservação do que já foi conquistado até agora no combate à inflação.

O estímulo ao crescimento, segundo Suplicy, depende mais, na atual conjuntura, de uma mudança na política monetária do que na política fiscal. Ele observou que parece estar havendo um excesso de restrição de dinheiro e de crédito que está prejudicando a economia. O senador destacou que a taxa



Para Suplicy, é possível ampliar crescimento sem gerar inflação

básica de juros fixada pelo Banco Central continua elevada, apesar das recentes diminuições.

– Os instrumentos à disposição do Banco Central poderiam, a meu ver, ser utilizados de forma mais eficiente e mais flexível. O ritmo da diminuição da taxa básica de juros poderia ser acelerado para que, ao longo do próximo ano, a taxa real de curto prazo praticada no Brasil se aproxime das que se

observam no resto do mundo.

Em aparte, Marcelo Crivella (PRB-RJ) sugeriu ao governo que seja criado um tipo de quarentena que impeça aos grandes exportadores internalizarem de imediato os dólares obtidos com o resultado de suas vendas no exterior. Ele previu que a medida poderá provocar uma desvalorização do real frente à moeda norte-americana, facilitando o crescimento das exportações.

Já Rodolpho Tourinho (PFL-BA) propôs que outros temas sejam debatidos em Plenário, como a questão do fim dos incentivos fiscais e a aprovação, pela Câmara, da reforma tributária. O senador disse temer uma renegociação da dívida dos estados com a União e uma possível flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## Alvaro: anúncio de Lula não tem consistência

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse na terça-feira, em pronunciamento no Plenário, que não há consistência no anúncio feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que “o grande mote” de seu segundo mandato será o crescimento econômico.

O parlamentar salientou que Lula foi desmentido, na segunda-feira, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Ministério do Planejamento, que demonstrou que não existem condições econômicas reais que permitam um crescimento de 5% do produto interno bruto (PIB) em 2007, como foi anunciado.

Alvaro Dias lembrou que, na avaliação do Ipea, entraves como o risco de “apagão elétrico”, gargalos na infraestrutura, especialmente no corredor de exportação e investimentos públicos e privados insuficientes, entre outros, só permitiriam ao país crescer a taxas de 5% ao ano a partir de 2017.

O senador criticou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, por contestar o Ipea, mas não apontar as condições em que se



Alvaro critica ministro da Fazenda por contestar o estudo do Ipea

daria tal crescimento. Da mesma forma, Alvaro criticou o “discurso vazio” de Lula, que, ao falar sobre crescimento econômico, diz apenas “vocês vão ver”, sem apresentar uma lista de prioridades, como redução da carga tributária e o estabelecimento de marcos regulatórios que proporcionem segurança jurídica para atrair investimentos privados.

– Tenho esperança de que o governo reveja sua

estratégia, permitindo que o país receba investimentos no setor de infraestrutura – disse o senador.

### Crise no setor aéreo

Alvaro Dias protestou ainda contra a atuação do governo diante da crise nos aeroportos, com a repetição de atrasos de vôos, e contra a viagem de Lula à Venezuela como “cabo eleitoral” do presidente Hugo Chávez.

Ele lamentou que o presidente tenha criticado a imprensa, o empresariado e a oposição em momento de crise, em que a população está sujeita aos transtornos dos aeroportos.

Para o senador, Lula deveria conclamar os políticos a estabelecer um “projeto de nação”.

## Ideli celebra desenvolvimento de tecnologia para loterias

Ideli Salvatti (PT-SC) parabenizou a equipe de 400 profissionais da Caixa Econômica Federal que, ao longo de quatro anos, desenvolveu uma tecnologia para operar seu sistema de loterias. Essa nova tecnologia será mostrada em convenção da World Lottery Association, que se realiza de 12 a 17 deste mês em Cingapura. O evento reúne

mais de 700 representantes de loterias de 74 países.

A senadora observou que esse programa lotérico garantiu a independência da instituição em relação à empresa norte-americana GTech, que faturava em média, desde 1997, R\$ 400 milhões ao ano no contrato com as loterias da Caixa. Segundo revelou, a GTech tentou impedir, por via

judicial, o desenvolvimento da tecnologia própria da Caixa para loterias. Vencedora da batalha jurídica, a instituição conquistou sua independência no mercado interno e se habilitou para disputar o mercado internacional.

Ideli apontou ainda a possibilidade de uso dessa tecnologia em outras operações do banco. E ressaltou, em seguida, a consultoria

prestada pela instituição a outros países nas áreas de habitação, saneamento e transferência de benefícios sociais. Segundo a senadora, as loterias da Caixa arrecadaram, nos primeiros nove meses de 2006, R\$ 3,13 bilhões, dos quais R\$ 1,5 bilhão foram destinados a repasses sociais.

Romeu Tuma (PFL-SP) também parabenizou a Caixa.



Ideli parabeniza equipe de 400 profissionais da Caixa Econômica



Vice-presidente da CPI dos Sanguessugas, Jungmann apresenta questão de ordem indagando sobre possibilidade de a comissão funcionar durante recesso parlamentar

## PPS, PV e PSOL querem prazo para investigar sanguessugas

O vice-presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), apresentou à Mesa da Câmara uma questão de ordem – extensiva ao Senado – indagando sobre a possibilidade de a comissão funcionar durante o recesso parlamentar de janeiro. Caso a resposta seja afirmativa, o PPS, juntamente com o PV e o PSOL, vai requerer a prorrogação por 30 dias dos trabalhos da CPI, que tem previsão para ser encerrada no dia 19 de dezembro.

– Queremos evitar que a opinião pública se frustre com a falta de conclusão sobre a participação de membros do Poder Executivo nas fraudes com ambulâncias e o escândalo do dossiê – explicou o deputado, durante entrevista coletiva na terça-feira.

A justificativa dele foi reforçada pelo deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) e pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL).

– É fundamental a prorrogação, a fim de que todos os maus elementos sejam punidos e essas fraudes não voltem a ocorrer, seja no Legislativo, seja no Executivo – afirmou Heloísa.

Também em entrevista na terça-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que dará “tratamento regimental a esse assunto”, referindo-se à prorrogação dos trabalhos da CPI.

De acordo com Jungmann, a



Jungmann (E), Gabeira e Heloísa temem que CPI termine sem apontar todos os culpados

comissão foi levada a um “estado de coma induzido” pela falta de interesse dos integrantes da bancada governista e do restante da oposição em manter os trabalhos do colegiado, que estaria quase inoperante. Na terça, teve de ser cancelada reunião administrativa – marcada para a votação de requerimentos como os de convocação do empresário Abel Pereira e do ex-coordenador de campanha do senador Aloízio Mercadante (PT-SP) ao governo de São Paulo, Hamilton Lacerda – em razão da ausência do presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), e da falta de quórum.

– Não aceitaremos nenhum tipo de “acordão” ou “operação abafa” – advertiu Jungmann.

O deputado avisou ainda que pode impetrar mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para que a CPI receba cópia de todos os documentos sobre o caso dos sanguessugas e do escândalo do dossiê em poder da Justiça e da Polícia Federal. Gabeira, acompanhado pela deputada Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), esteve em Cuiabá, onde corre o processo contra os sanguessugas, e obteve cópias de documentos, mas, disse, não encontrou neles nenhuma grande novidade.

A reunião administrativa foi remarcada para a próxima terça-feira, quando também serão ouvidos três dos envolvidos no caso do dossiê: Valdebran Padilha, Jorge Lorenzetti e Gedimar Passos.

## Lando defende fim da comissão em dezembro

Para o relator da CPI dos Sanguessugas, senador Amir Lando (PMDB-RO), a comissão já cumpriu seu objetivo principal, que era a responsabilização de parlamentares envolvidos com o esquema montado para vender a prefeituras ambulâncias superfaturadas usando recursos de emendas ao Orçamento da União. Em entrevista à Agência Senado, na terça-feira, Lando defendeu o encerramento dos trabalhos da CPI até o dia 15 de dezembro.

O relatório parcial, aprovado em 10 de agosto, apontou provas ou indícios contra 69 deputados e três senadores, que tiveram seus nomes enviados para o Conselho de Ética de suas respectivas Casas do Congresso. Conforme o



Para Lando, CPI cumpriu objetivo de apurar envolvimento de parlamentares

senador, o relatório final poderá, eventualmente, apontar mais algum participação no esquema e manter a linha “propositiva”, de forma que o Congresso possa utilizar sugestões para aprimorar a tramitação do Orçamento.

Com relação à idéia da prorro-

gação dos trabalhos até meados de janeiro, feita pelo PPS, o PV e o PSOL, com o objetivo de investigar a participação de membros do Poder Executivo na máfia das ambulâncias e no escândalo do dossiê, Lando diz que são assuntos cuja operação deve se situar na esfera do Ministério Público e da Justiça, uma vez que não podem gerar nenhum julgamento político.

– Esses integrantes do Executivo eventualmente envolvidos pertencem ao passado, e o caso do dossiê, embora correlato à CPI, é tema de disputa eleitoral que está sendo tratado pela Justiça Eleitoral e pela Justiça Federal. Além disso, já passou pelo crivo dos eleitores – afirmou Lando.

## Para ACM, Conselho de Justiça está aquém das exigências da sociedade

Em discurso no Plenário na terça-feira, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) levantou suspeitas acerca da atuação do magistrado Antônio de Pádua Ribeiro no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O senador acusou Pádua Ribeiro, que é corregedor nacional de Justiça, de engavetar ou arquivar denúncias enviadas ao conselho. Pádua foi indicado para o CNJ pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), do qual é ministro.

Antonio Carlos disse que o CNJ não está correspondendo às exigências da sociedade brasileira em relação às atividades dos tribunais. O senador afirmou que o conselho recebe inúmeras denúncias vindas de todo o país e que o corregedor não está cumprindo sua função.

O parlamentar aproveitou para solicitar à presidente do CNJ, ministra Ellen Gracie, que também preside o Supremo Tribunal Federal (STF), providências sobre a situação. Antonio Carlos alertou para o fato de, como presidente da



Roosevelt Pinheiro

Antonio Carlos critica atuação do corregedor Antônio de Pádua Ribeiro

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, poder solicitar a convocação do magistrado para prestar esclarecimentos à Casa.

Em seu pronunciamento, Antonio Carlos criticou o presidente Lula por ter viajado à Venezuela para “fazer campanha” para o presidente Hugo Chávez, que concorre à reeleição, e por ter reclamado da imprensa brasileira.

O senador pela Bahia também condenou a atuação do governo frente aos recentes problemas registrados no setor da aviação civil.

## Geovani Borges elogia eficiência do Tribunal de Justiça do Amapá

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) saudou o desembargador Douglas Evangelista, primeiro presidente do Tribunal de Justiça do Amapá, e seu atual presidente, Raimundo Nonato Fonseca Vales, ao tecer considerações sobre a importância de uma Justiça independente para o exercício da democracia plena.

Conforme o senador, o Tribunal de Justiça daquele estado, considerado um dos mais céleres do país, está quase totalmente informatizado em seus trâmites processuais e se destaca pelo trabalho realizado pela Justiça Itinerante, que atende às populações residentes em áreas de difícil acesso, fazendo-se presente em todas as comarcas e jurisdições estaduais.

– Essa é uma forma democrática de distribuir justiça – afirmou Geovani, segundo o qual 50 mil pessoas já foram atendidas desde



Roosevelt Pinheiro

Geovani Borges destaca ações da Justiça Itinerante e informatização dos serviços

a implementação do serviço, em 2005.

Entre as ações do tribunal, o senador salientou o portal na internet que facilita o acesso dos cidadãos aos serviços de prestação jurisdicional e à escola judicial para formação de magistrados e servidores da Justiça estadual.

O parlamentar destacou as ações sociais desenvolvidas pelo tribunal, como o atendimento a crianças com deficiência.

## Azeredo pede voto de pesar pela morte de João Fassarella

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou voto de pesar pela morte de João Domingos Fassarella, ex-prefeito de Go-

vernador Valadares, morto no último domingo, aos 63 anos.

Azeredo lembrou que Fassarella foi deputado pelo PT e era secretário adjunto do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

– É uma perda muito grande; ele era um grande pacificador – assinalou.

## Mão Santa pede solução para a greve dos médicos residentes

Ao registrar que os médicos residentes estão em greve desde o último dia 8 e que a paralisação está prejudicando principalmente a população mais pobre do país, o senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu ao governo federal que atenda às reivindicações da categoria para que o movimento possa ser encerrado. Ele também solicitou à líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), e ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que intercedam junto aos ministros da Saúde e da Educação na busca de uma solução para o impasse.

A principal reivindicação dos médicos residentes é um reajuste na bolsa que recebem sem que haja redução nas vagas para residência. Segundo a seção de São Paulo da associação da categoria, 85% dos cerca de 17 mil médicos residentes do país já paralisaram suas atividades.

– Os médicos residentes têm



Roosevelt Pinheiro

**Bolsa dos residentes não tem reajuste há quase cinco anos, observa Mão Santa**

uma bolsa de pouco mais de mil reais que não é reajustada há quase cinco anos – salientou.

O senador disse que, enquanto a operação padrão promovida pelos controladores de voo está mobilizando o país, a greve dos residentes não consegue a mesma repercussão. O motivo, para Mão Santa, é que a paralisação dos residentes atinge principalmente os mais pobres, enquanto os atrasos nos aeroportos prejudicam os que têm mais dinheiro.

## Zambiasi apela ao governo pelas reivindicações dos residentes

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) solicitou, na terça-feira, providências do presidente Lula e dos ministérios da Educação e da Saúde frente às “justas reivindicações” dos médicos residentes brasileiros em greve desde o início do mês. O senador informou que a greve já atinge 18 estados brasileiros e conta “com o inequívoco apoio da opinião pública”. Ele assinalou ainda que 30% destes profissionais continuam prestando atendimento para atender determinação do Conselho Federal de Medicina (CFM).

– É a oportunidade, presidente Lula, de pôr em prática seus compromissos com a educação e a saúde do povo brasileiro – sugeriu.

Zambiasi lembrou que há 14 meses os representantes dos médicos residentes vêm negociando e conversando com membros dos ministérios da Saúde e da Educação acerca da pauta de reivindi-



Roosevelt Pinheiro

**Paralisação é oportunidade para Lula pôr em prática compromissos, diz Zambiasi**

cações da categoria. Entre outras reivindicações, os residentes querem, disse o senador, reposição de 53,7% (inflação acumulada desde o último reajuste em 2002) no valor da bolsa-auxílio, atualmente em R\$ 1.470.

O parlamentar foi aparteado por Mão Santa (PMDB-PI) e Marcelo Crivella (PRB-RJ). Este último informou que já foi enviada à Câmara a medida provisória que define aumento de 30% para os médicos residentes.

Raupp sugere à equipe econômica do governo correção de 7% a partir de janeiro de 2007 ou 10% em dois anos, sendo 5% em janeiro próximo e outros 5% em 2008

## Relator do Orçamento vai propor correção da tabela do IR



José Cruz

**Raupp quer também queda gradual da alíquota da CPMF ao longo de oito anos**

O relator-geral do projeto do Orçamento da União para 2007, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), pretende incluir no relatório final uma correção da tabela do Imposto de Renda. Ele vai levar duas sugestões à equipe econômica do governo – 7% a partir de janeiro de 2007 ou 10% em dois anos, sendo 5% em janeiro próximo e outros 5% em 2008.

A correção de 10% implicará uma perda de arrecadação de R\$ 1,54 bilhão para a União e de R\$ 1,21 bilhão para estados e municípios. Com a correção em duas vezes, a União deixaria de arrecadar R\$ 773 milhões em 2007 e o mesmo valor em 2008. Estados e municípios perderiam R\$ 607 milhões em cada ano.

O relator afirmou que vai negociar a correção nos próximos dias com a equipe econômica. Apesar de o ministro da Fazenda,

Guido Mantega, ter declarado ser contrário à correção da tabela do IR “no curto prazo”, o senador sustentou que está “apenas cumprindo o que quer o presidente Lula”, reduzindo a carga fiscal para a classe média. Raupp disse que não há espaço para reajustar o salário mínimo acima dos R\$ 375 previstos na proposta orçamentária do Executivo.

Conforme o senador, o relatório final deverá conter uma sugestão para que o governo prorogue a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), com queda gradual na alíquota de 0,38% para 0,08% ao longo de oito anos.

A reestimativa da arrecadação federal entre R\$ 7 bilhões e R\$ 10 bilhões, prevista pelo relator, poderá ser direcionada para investimento via emendas do Congresso Nacional, o que atenderia à meta do presidente da República de impulsionar o crescimento econômico do país para 5% ao ano.

A proposta orçamentária do Executivo prevê que o governo investirá diretamente em 2007 R\$ 17,6 bilhões. Raupp quer elevar o valor para cerca de R\$ 26 bilhões, além dos investimentos das estatais de R\$ 49,4 bilhões.

## PMDB fica com relatoria setorial que tem mais dinheiro

Depois de dias de impasse, o PT cedeu e o PMDB ficará encarregado mais uma vez da relatoria setorial de Infra-Estrutura dentro do projeto do Orçamento federal para 2007. Essa área contém a maior fatia dos investimentos que o governo federal fará, especialmente no setor de transportes.

O PT, que reivindicava essa relatoria, ficou com a área de Educação e de Ciência e Tecnologia. Os relatores setoriais examinam emendas apresentadas ao projeto do Orçamento pelos deputados e senadores e pelas comissões e bancadas do Congresso Nacional.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Gilmar Machado (PT-MG), nomeou na terça-feira os dez relatores setoriais do Orçamento. O deputado Pedro Novais (PMDB-MA) vai cuidar da Infra-Estrutura, enquanto o deputado Paulo Rubem Santiago (PT-PE) será o sub-relator da Educação. Ao PSD, como nos últimos anos, coube a área de Saúde, que estará a cargo do deputado Júlio Semeghini (SP).

Três senadores exercerão os cargos de relatores setoriais. João Ribeiro (PFL-TO) tratará dos Poderes do Estado e Representação; Jonas

Pinheiro (PFL-MT) cuidará de Agricultura e Desenvolvimento Agrário; e Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), de Trabalho, Previdência e Assistência Social. Quintanilha foi indicado pelo PMDB para o cargo, pois deve mudar de partido.

As outras relatorias ficarão sob a responsabilidade de deputados. Justiça e Defesa com Jaime Martins (PL-MG); Fazenda, Desenvolvimento e Turismo com Alex Canziani (PTB-PR); Integração Nacional e Meio Ambiente com Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG); e Planejamento e Desenvolvimento Urbano com Eduardo Sciarra (PFL-PR).



Roosevelt Pinheiro

**Mozarildo protesta contra emendas ao Orçamento contingenciadas**

## Mozarildo aponta falta de critérios na distribuição de recursos orçamentários

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) protestou, na terça-feira, contra o contingenciamento, de acordo com a vontade do presidente da República e de seus ministros, das emendas ao Orçamento da União “que os parlamentares lutam para aprovar”. Ele pediu critérios mais isonômicos, justos e impessoais para a seleção.

O senador citou matéria do *Correio Braziliense* segundo a qual o governo privilegiaria os parlamentares da base na liberação dos recursos, denúncia que estaria sendo investigada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e disse esperar que a instituição tome providências contra essa “verdadeira caixa

preta” que seria a administração das emendas.

– No fim, deputados e senadores são acusados de negociar favores com o Executivo para o atendimento de suas solicitações e correm até o risco de ver paradas em suas bases obras que dependem das emendas se não votarem com o governo. Isso é uma

vergonha. É apequenar a atividade parlamentar. Não tínhamos que negociar nada – protestou.

Mozarildo observou que o montante arrecadado de estados e municípios não é do presidente e fez um apelo pela aprovação da PEC do orçamento impositivo, apresentada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).





José Luiz

Mostra revela atuação do Legislativo na história do país desde a Proclamação da República

## Exposição destaca 117 anos do Brasil republicano

Os 117 anos do Brasil republicano estão registrados na exposição *República: sua Construção Passa pelo Legislativo*, aberta na terça-feira pelo presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo. A mostra pode ser visitada no Salão Negro do Congresso Nacional até domingo. A partir de segunda-feira, as peças serão expostas no Espaço do Servidor da Câmara, onde poderão ser vistas até 1º

de dezembro, das 9h às 18h. Em 2007, os organizadores pretendem apresentar a exposição em outros locais do Distrito Federal e em assembleias legislativas, câmaras municipais, museus e escolas em todo o país.

O evento traça, em 52 painéis, a linha do tempo da Proclamação da República – comemorada ontem –, expõe documentos e revela músicas associadas a epi-

sódios marcantes da época.

A exposição também conta com registros do processo de discussão política que antecedeu a Proclamação da República e destaca acontecimentos que marcaram o país, de 1889 até os dias atuais. As peças históricas mostram a participação do Parlamento nesse processo, marcado por diversos momentos de recuos e avanços democráticos.

## Senado incentiva valorização das pessoas com deficiência

A partir de terça-feira, eventos realizados no Congresso buscarão despertar a sociedade para a necessidade de ações que promovam inclusão social e igualdade de oportunidades

O Senado Federal promove, a partir de terça-feira, a 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. No primeiro dia da comemoração, às 9h30, a bateria da escola de samba Império Serrano, que no próximo carnaval carioca desfilará com o enredo “Ser Diferente é Normal”, participará de uma caminhada nas imediações do Congresso que contará com a presença de parlamentares, artistas da TV Globo, pacientes da Rede Sarah de Hospitais, ciclistas dos grupos Rodas da Paz e Rebas do Cerrado e atletas do Comitê Paraolímpico Brasileiro. O Centro de Equoterapia da Sociedade Hípica de Brasília também marcará presença.

O evento é uma promoção do Senado em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a ONG Força

do Bem. O objetivo é despertar a sociedade para a necessidade de ações que possibilitem o direito dos deficientes de participar em condições de igualdade das oportunidades de trabalho, saúde, educação e lazer existentes no país.

O Salão Negro será ocupado pela instalação *Todo Mundo*, do cenógrafo paulista Renato Theobaldo. No âmbito legislativo, está prevista a realização de duas audiências na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Na terça, o tema em debate será a lei de cotas, salário e emprego e, na quarta, a elaboração da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Outra atração do evento é a apresentação, na quarta, a partir das 16h, do espetáculo *Somos Todos Brasileiros*, da Universidade

Livre do Circo. Na quinta, às 20h, haverá um *talk show*, no Auditório Petrônio Portella, do Senado, apresentado por Dudu Braga e com a participação da médica Lúcia Willadino Braga, diretora-executiva da Rede Sarah; de Mara Gabrilli, secretária da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Paulo; dos artistas Isabel Fillardis, Marcos Frota e Maurício de Souza; e do músico Marcelo Yuka. Os debatedores serão o senador Paulo Paim (PT-RS); Eudo Martins, presidente da União dos Cegos Acreanos; Romi Leffa Cardoso, secretária Municipal de Educação de Gravataí (RS); e Alexandre Baroni, presidente do Conade/Campanha Acessibilidade: Siga essa Idéia.

O cantor carioca Charles Anthony, que é deficiente visual, fará uma apresentação.

## Meta é criar um modelo de acessibilidade

O presidente do Senado, Renan Calheiros, diz ter como meta em sua gestão que a Casa se torne um modelo de instituição acessível e inclusiva. Para isso, determinou a realização de um censo que irá levantar dados sobre os servidores com deficiência, deflagrando amplo processo de reorganização de espaços e de adequação de equipamentos.

Banheiros foram reformados, elevadores substituídos e um grande projeto de sinalização e orientação para deficientes está em andamento. Também foram adquiridos e colocados à disposição do público quatro triciclos movidos a bateria. Profissionais com especialização em Língua Brasileira de Sinais (Libras) foram contratados para atendi-



Genildo Magela

Renan determinou o levantamento de dados sobre servidores com deficiência

mento de deficientes auditivos. A Biblioteca Acadêmico Luiz Vianna Filho está finalizando a implantação de sua biblioteca digital em áudio, que conta com uma Constituição de 1988 gravada. Além disso, a Secretaria de Engenharia trabalha em um

projeto para tornar o Plenário totalmente acessível.

Na segunda-feira, Flávio Arns (PT-PR) salientou que a Casa deve ser a primeira instituição brasileira a cumprir na totalidade a legislação referente ao tema. Ele lembrou que o Senado tem dois colegiados que tratam do tema: a Comissão Especial de Acessibilidade, que já realizou obras como reforma em banheiros e construção de rampas, e a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. A acessibilidade, explicou, não se trata apenas das barreiras físicas e arquitetônicas que dificultam a locomoção dessas pessoas, mas também do uso de dispositivos para comunicação, por exemplo, em Libras ou Braile.

## César Borges acusa governo de ter traído o eleitor e os investidores

César Borges (PFL-BA) acusou o governo de “estelionato eleitoral” no que se refere às promessas feitas sobre o gás natural. Ele salientou que consumidores, taxistas e indústrias investiram no gás apostando nas vantagens da conversão da matriz energética, seguros de que o suprimento estava garantido e de que os preços seriam mantidos.

No entanto, afirmou, “o presidente Lula aceita o ultimato imposto à Petrobras pelo presidente da Bolívia, Evo Morales, que ameaça cortar o fornecimento do combustível se novo contrato não for assinado até o fim deste mês, nos termos impostos, o que levaria ao aumento dos preços”.

Para o senador, Lula é guiado pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, com quem participou, na segunda-feira, da inauguração de uma ponte construída naquele país pela empresa brasileira Odebrecht. César Borges mencionou dados da imprensa informando que cerca de um terço



Roosevelt Pinheiro

Borges: o país investiu no gás natural acreditando que preços seriam mantidos

do US\$ 1,2 bilhão empregado na obra foi financiado pelo Banco do Brasil, o que foi desmentido por Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Borges protestou diante da forma como o governo federal utiliza as medidas provisórias, “usurpando o papel do Legislativo”. Ele citou o caso recente da aprovação da MP 312, que prorrogou o prazo para os trabalhadores rurais requererem aposentadoria por idade. Conforme o senador, um projeto semelhante de sua autoria (PLS 173/05) foi acolhido pelo Senado e tramita na Câmara.

## Azeredo apóia abertura de poço de exploração de gás natural em Minas

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) citou reportagem do jornal *Hoje em Dia* que informa que a Petrobras estuda a possibilidade de abrir um poço de exploração de gás natural no norte de Minas até 2008. Segundo o senador, a região teria grande potencial geológico para a existência do combustível e até mesmo de petróleo.

A partir de bases em Montes Claros, Araxá, e Belo Horizonte, especialistas estimaram o potencial da área, preliminarmente, em 3 trilhões de metros cúbicos de gás natural. Conforme leilão realizado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), a Petrobras detém os direitos sobre a exploração de uma parte desse território.

– Confirmadas as previsões, as

reservas brasileiras de gás aumentariam cerca de dez vezes, o que colocaria o país entre os principais produtores do combustível do mundo, dado importante neste momento de crise entre Brasil e Bolívia – destacou.

O senador apontou a importância da possível exploração para o norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Bacia do São Francisco.

– A região seria extremamente beneficiada com o recebimento dos *royalties*, cujo cálculo é feito com base na produção mensal dos campos de petróleo e gás com preços internacionais, sempre cotados em dólares – disse, ao acrescentar que grande parte desses *royalties* ficam com os estados e municípios produtores.